



FLORINDA

Revista Cultural - Edição da Câmara Municipal da Covilhã



**A EMIGRAÇÃO
NO CONCELHO DA COVILHÃ**





ÍNDICE

520
cont. e

Editorial	3
Carlos Pinto	
O Salto no Espaço e no Tempo	5
Maria do Rosário Pinto da Rocha	
O Concelho da Covilhã e a Emigração Europeia do Pós-Guerra	7 - 12
João Dias das Neves e José Fernando M. Madeira	
Emigração, Igreja e Beira Interior	15 - 17
José Galdes	
Ai Tortosendo, Tortosendo Não Tem Saudades Quem Quer	19 - 21
Adélia Carvalho Mineiro	
Emigração	23 - 25
J. Reis Barata	
Os Beirões e a Emigração	27 - 28
Sérgio Saraiva	
Emigração, Questão do Passado e do Presente	31 - 33
António Riço	
A Vida Por Um Sonho	35 - 36
Eduardo Alves	
A história de um "casamento" anunciado	37 - 40
Miguel Mota	
Ilustração Élia Gamboa	

FICHA TÉCNICA

Florinda - Revista Cultural - Edição da Câmara Municipal da Covilhã

Ano 3, N.º 9 - Novembro - 2001

Director: Carlos Alberto Pinto

Vice-Director: Maria do Rosário Pinto da Rocha

Coordenador Editorial: António Riço

Colaboram neste número: Carlos Pinto, Maria do Rosário Pinto da Rocha, João Dias das Neves, José Fernando M. Madeira, José Galdes, Adélia Carvalho Mineiro, J. Reis Barata, Sérgio Saraiva, António Riço, Eduardo Alves, Miguel Mota, Élia Gamboa

Execução Gráfica: Notícias da Covilhã

Depósito legal: N.º 113102/97

Tiragem: 2000 exemplares

Edição e Propriedade: Câmara Municipal da Covilhã

ÍNDICE

Edição nº 1
Colecção Pinto

O Livro de Elia
Mons. do Rosário Pinto da Rocha



Edição nº 1

Colecção Pinto

O Livro de Elia

Copyright © 1981 by Editora Pinto da Rocha



EDITORIAL

O tema deste número de FLORINDA, é dedicado à análise de uma questão muito importante na vida nacional, com incidência particular na vida local: a emigração.

Os testemunhos aqui referidos, abordam os diversos ângulos de análise do fenómeno, quer do ponto de vista do testemunho pessoal, quer do enquadramento sociológico mais vasto.

A emigração constitui um enorme desdobramento de planos de vivência, a que esta publicação não podia ficar indiferente: reconhece-se assim a necessidade de abordar elementos desconhecidos ou pouco familiares das questões da emigração, a partir de observadores locais.

O Concelho e a Região concorreram para o destino predominante na primeira metade do século passado, o Brasil, sem embargo de correntes ocasionais de migrações para os Estados Unidos e com menor relevo para Espanha. Foi apenas a partir da década de 50 (caso do Canadá, África do Sul, Austrália e Venezuela) ou de 60 (caso da França e de outros países europeus) que os Portugueses maioritariamente iniciaram a fixação em áreas linguísticas alheias à sua.

Quase sempre na busca de melhores oportunidades para a realização pessoal e familiar que a Pátria lhes recusava, subjaz todavia ao fenómeno da emigração mais recente, um sentido de afirmação permanente do ser Português, que o enquadramento histórico não deve ignorar.

Emigrar é descobrir, desafiar obstáculos, vencer dificuldades, numa palavra a marca perene dos que consumaram destinos de descoberta datada ou de procura de recursos que aqui não encontravam.

Bartolomeu Dias ao revolucionar o conhecimento do espaço físico da Terra, provando a comunicabilidade entre os dois oceanos, Atlântico e Índico, assegurou a supremacia de Portugal ao longo de toda a costa ocidental africana, tornando-o o País mais poderoso do século XVI.

Mas esta aquisição é precedida das viagens de Pêro da Covilhã e Afonso Paiva, enviados para o Oriente por D. João II.. Nenhum jamais voltou, mas a relevância das informações concorreu de forma determinante para o planeamento mais detalhado do caminho para a Índia.

Que correlação com o fenómeno do beirão que a salto, passava os pirinéus e buscava no "bidonville" a oportunidade que sonhou anos na sua Terra? A mesma determinação e certeza de que somos tão capazes como os outros. A mesma reafirmação de que se podem superar constrangimentos de periferia nacional ou pessoal, a mesma vontade de mudar o destino.

A riqueza de contributos desta edição permite apreender que o fenómeno tem raízes profundíssimas na nossa vida colectiva onde se entrelaçam a coragem física, o perscrutar do desconhecido, a disponibilidade para o entendimento do novo.

Carlos Pinto
Presidente



Carlos Ruiz
L'Estimoteur

O SALTO NO ESPAÇO E NO TEMPO

Umaz vezes vencendo..., outras vezes vencidas..., ház vezes gente perdida na montanha da vida.

A história da emigração concretizou-se cozinhada no caldeirão do tempo, a saber ao sal nos muitos anos, escorrendo o suor dos trabalhos das gerações, pelos corpos geografados dos países de acolhimento.

Nesse caldeirão, caldearam-se falas - as nossas -, com as estranha. Caldearam-se hábitos, com outros hábitos; culturas, com diferentes culturas. As saudades, muitas, na fervor dos sonhos. "Virão um dia ricos ou não..."

Quantas cartas dobradas de saudade atravessando os mares e os peitos. Os sentimentos, navegando de continente a continente. O Brasil lá tão longe, com o ouro e as pedras preciosas a refulgir nos sonhos. Nos anos sessenta, mulheres tristes, carregadas de luto como "viúvas", esperando... "Ó mar salgado, quanto do teu sal são lágrimas de Portugal!"

Num outro tempo e noutro continente a festa do reencontro das famílias na gare de Austerlitz, para continuar ali outras batalhas.

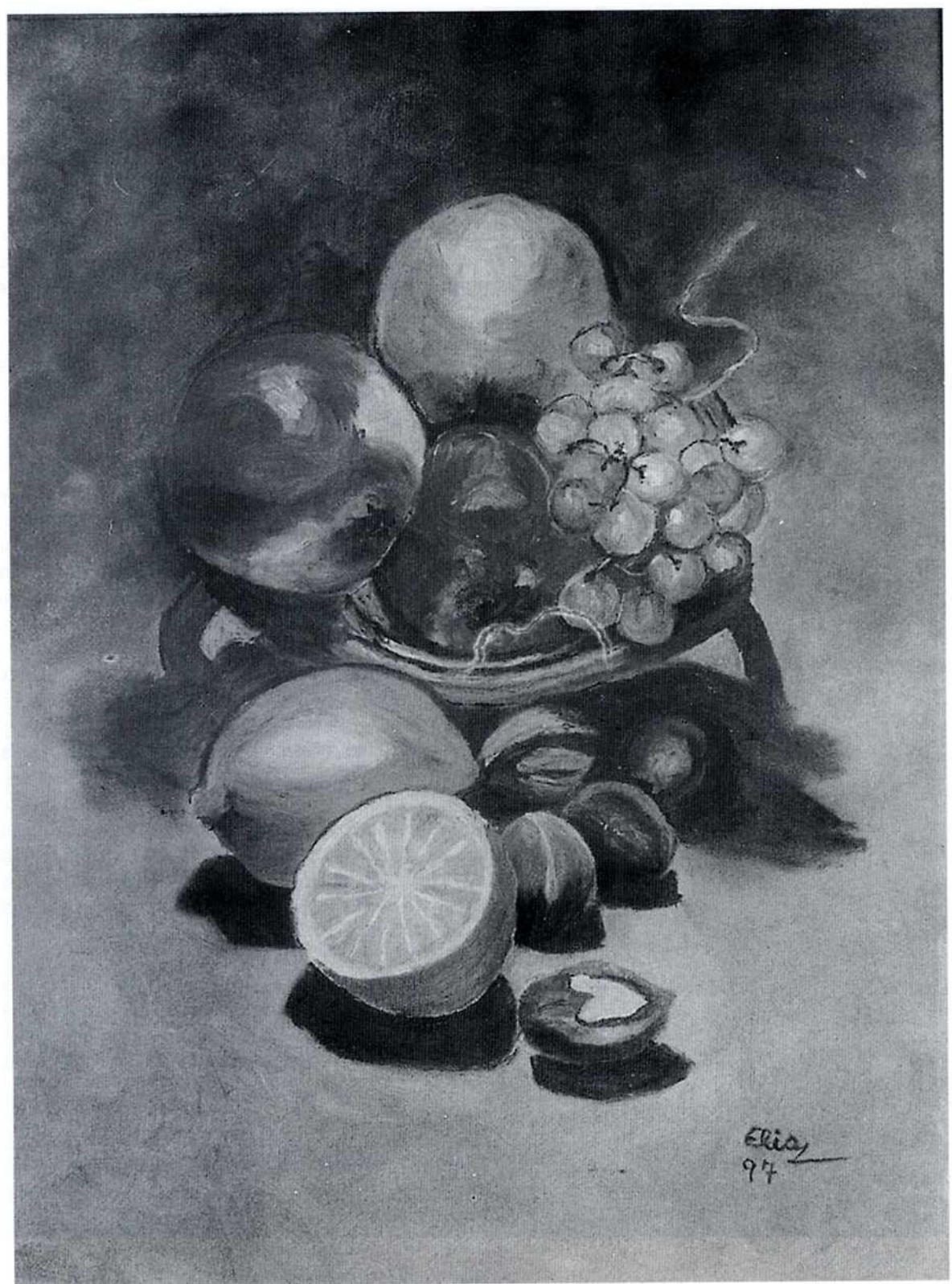
A emigração foi se fazendo... No final dos anos sessenta, Paris tornara-se a segunda cidade portuguesa em número de habitantes.

Nos tempos que correm - atrás de tempo tempo vem -, se estivermos atentos a muitas das falas que se cruzam no nosso caminho em pleno pelourinho, ouviremos o linguajar dos ucranianos, dos moldavos, e dos africanos. É o sinal dos tempos, a história das migrações é incomensurável.

O "salto" foi a figura simbólica e "romântica" do êxodo dos portugueses para França durante os anos sessenta. O *Salto* de outras nacionalidades em busca de uma vida mais digna no nosso país, vive de um espaço de risco muito maior; assim vão os tempos da imigração.

***Vereadora do Pelouro da Cultura**

O SALTO NO ESPAÇO



O CONCELHO DA COVILHÃ E A EMIGRAÇÃO EUROPEIA DO PÓS-GUERRA NUM CONTEXTO DE MOBILIDADE POPULACIONAL ENTRE DOIS MUNDOS.

Artigo-44º

(Direito de deslocação e de emigração)

1. A todos os cidadãos é garantido o direito de se deslocarem e fixarem livremente em qualquer parte do território nacional.

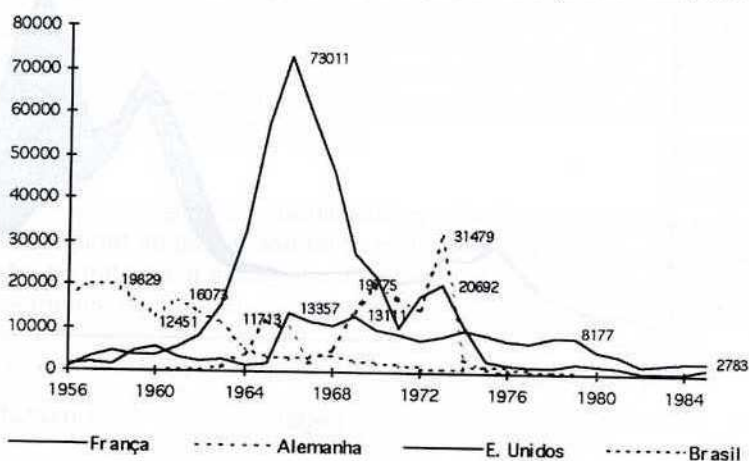
2. A todos é garantido o direito de emigrar ou de sair do território nacional e o direito de regressar.

[Constituição da República Portuguesa, s.d.:23-24]⁽¹⁾

INTRODUÇÃO.

No seu Artigo 44º, a Constituição da República Portuguesa traduz dois importantes traços que interessa realçar quando se aborda o tema da mobilidade populacional. Por um lado, garante a todos os cidadãos o direito a circular no interior do território e, por outro, dá forma de Lei a um comportamento social há muito generalizado na totalidade do espaço nacional: a saída do país, em particular em direcção à Europa Central com destaque para França e Alemanha. Mas, os participantes neste último movimento parecem ter um direito acrescido: o de (a todo o tempo) poderem regressar ao seu torrão natal, independentemente das condições objectivas que o motivem.

Emigrantes por países de destino (1956-1985): totais do país.



FONTE: SECEP [Boletim Anual].

Enquanto processo dinâmico e de grande actualidade, é deste movimento chamado emigração, que aqui tentaremos apresentar os seus traços gerais ao nível do concelho da Covilhã na segunda metade do século XX. O seu enquadramento no todo nacional e regional pretende contribuir para uma melhor compreensão do mesmo.

(*) Docentes da Universidade da Beira Interior, Covilhã.

(1) Após a primeira revisão constitucional de 1982 e mantido na 4.ª revisão de 1997.

DAS FONTES NACIONAIS AOS DADOS DE ORIGEM LOCAL.

A emigração é normalmente considerada como indicador de circunstâncias sociais, económicas e políticas em transformação constante, quer interna, quer externamente. Resulta de grandes disparidades no que respeita às condições económicas e sociais entre locais de origem e destino e pode ser facilitada (1) por melhores e mais baratos meios de transporte e comunicações, (2) por redes e sistemas de apoio estabelecidos pelos primeiros migrantes, reduzindo os custos e os riscos e incentivando os que chegam mais tarde e (3) pela existência de uma primeira fase de movimentos locais/internos que pode conduzir à passagem da fronteira.

Entretanto, a procura de uma vida melhor, a condição dos filhos/crianças e a possibilidade de satisfação das suas necessidades básicas (alimentação, acesso à educação e aos serviços de saúde), as oportunidades de emprego, as possibilidades de construção ou aquisição de habitação própria e uma vida familiar segura, podem *deslocar* o centro de decisão – emigrar/não emigrar – para a estratégia familiar ou opção individual.

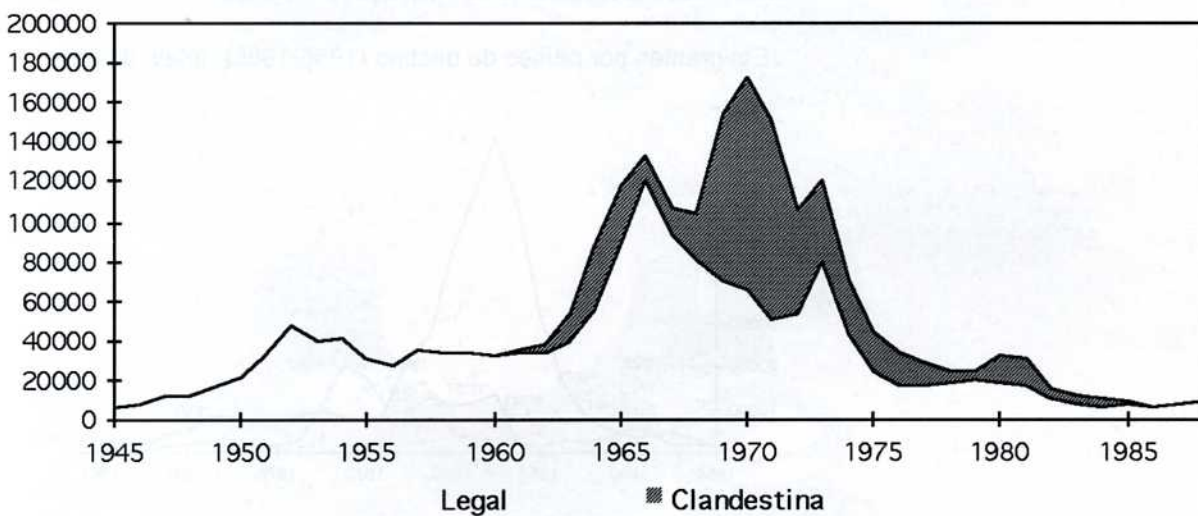
Enquanto factor de importância capital no estudo das transformações mais recentes da sociedade portuguesa contemporânea, a sua intensificação ocorreu no pós-segunda grande guerra e a década de 50 marca um ponto de viragem que se irá acentuar ainda mais na década de 60. Nesta última, atingem-se valores elevadíssimos e só em 1966 abandonaram o país 120.239 indivíduos; pode considerar-se que o período 1963-1973 constitui o espaço de tempo em que se verificou uma maior sangria populacional nacional.

Tendo também em conta os valores da emigração clandestina – ainda que sejam sempre imprecisos – estes aumentam motivados quer pela guerra colonial (intensificada no final da década de 60), quer pela perseguição feita pelo regime salazarista.

Assim, tendo em conta a emigração legal e clandestina, podem apurar-se três características essenciais:

- i. Entre 1969 e 1973, verificaram-se os valores mais elevados na saída de portugueses com uma média anual de 141.000 residentes;
- ii. No mesmo período houve um predomínio da emigração clandestina, cuja percentagem global alcançou os 54,6% e cujo ponto mais alto foi atingido em 1970 com 61%;
- iii. A partir de 1971 assistimos a uma diminuição das saídas clandestinas que se situa, mesmo assim, na casa dos 35% em 1973.

Emigração legal e clandestina: totais do país.



FONTE: SEECP [Boletim Anual].

A experiência de algumas décadas possibilitará a existência de uma bem montada rede de parentes ou amigos que assegura, até certo ponto, um emprego e a chegada, nem sempre sem sobressaltos, ao país de destino.

Digamos pois que esta verdadeira sangria conduziu grande parte da população activa para destinos relativamente próximos, onde os benefícios económicos e sociais e as perspectivas de sucesso eram muito elevadas, quando comparadas com o que sucedia no interior do país de origem, dadas as suas condições de desenvolvimento sócio-económico e a situação política.

Considerando a situação ao nível do distrito constata-se a saída legal de um elevado número de indivíduos (46.318) entre 1956 e 1985 o que corresponde a 19,8% da sua população. Podemos mesmo

incluir o distrito de Castelo Branco no conjunto dos 6 que maior contingente forneceu aos movimentos migratórios.⁽²⁾ O ponto mais alto dessa saída ocorre em 1966, tendo vindo a aumentar gradualmente desde meados da década de 50; após esta data a diminuição do movimento faz-se de forma acentuada notando-se, a partir de 1974, uma quebra mais evidente.

Ao nível concelhio, tomemos entretanto em linha de conta um conjunto de dados de origem local que nos podem dar uma dimensão *mais verdadeira* do fenómeno. Trata-se do *Registo dos processos de emigração a enviar à Junta do Ministério do Interior: 1948-1990* existente no Arquivo da Câmara Municipal da Covilhã.

O Decreto-Lei N.º 36.199 de 29 de Março de 1947 cria a Junta de Emigração (JE) como *entidade gestora* dos movimentos migratórios externos e consagra a este fenómeno três princípios importantes.

Para os legisladores (1) é necessário, à época, salvaguardar a protecção do emigrante (livrando-o de toda a tentativa de enriquecimento fácil e imediato de terceiros à sua custa), (2) subordinar a emigração aos legítimos interesses económicos do país e (3) condicionar a mesma, somente à que fosse autorizada. Isto é, segundo este último princípio, caberia à JE então criada, “propor os contingentes de emigrantes autorizados a sair para cada país e propor para cada região e cada profissão o número de trabalhadores autorizados a emigrar.”

O aparecimento desta legislação e de outra que se lhe seguirá marca assim, o início de um período de crescente preocupação em regulamentar ou condicionar a emigração portuguesa, tentando evitar que a mesma fuja ao controle das autoridades do Estado.

Mas terá tido, esta ou a restante legislação, efeitos práticos alguns, fazendo-se sentir também à escala local? Por outras palavras: o comportamento da sociedade portuguesa alterou-se face à legislação que traduz as preocupações da *política migratória* do governo de então?

De facto, se a *política migratória* exerceu alguma influência, não foi certamente no sentido de uma contenção ou de um controle dos movimentos migratórios em direcção ao exterior e muito menos o foi no sentido da redução ou eliminação da emigração clandestina.

Senão vejamos que ainda em 1965 uma resolução do Conselho de Ministros se refere à emigração clandestina nos seguintes termos: “Ponderou, ainda, o Conselho os aspectos decorrentes da elevada percentagem de emigrantes clandestinos verificada nos últimos anos, com destino a alguns países europeus, e a necessidade de providenciar no sentido de fazer cessar a saída ilegal de portugueses para o estrangeiro.”

Estávamos ainda algo longe da data em que a emigração clandestina (ou ilegal) atingiria o seu auge e ultrapassaria mesmo os valores da emigração legal. Os dados disponíveis são apenas referentes ao todo nacional mas, ao nível local, a situação deve ter contornos semelhantes; a fuga ao serviço militar, a não sujeição às regras impostas pela política governativa, o receio de que a saída legal fosse por qualquer motivo impossibilitada, a proximidade da fronteira e tantos outros, são factores amiúde relatados como estando na base de tais comportamentos.

As informações existentes de modo a analisar os comportamentos colectivos – embora possam ter seguido as *linhas orientadoras* do conjunto do país – são tanto mais escassas quanto reduzida é a escala de análise. No caso presente, no entanto, a existência de informação disponível ao nível do concelho vem possibilitar um enquadramento das tendências migratórias locais e do recrutamento de mão-de-obra legal no seu período de maior intensidade.

Referimo-nos concretamente ao período posterior à criação da JE pois logo em 8 de Outubro de 1948 a Câmara Municipal da Covilhã (CMC) inicia o registo dos “Processos de emigração, a enviar à competente Junta do Ministério do Interior.” O levantamento e a sistematização da informação aí contida permite uma aproximação importante à real dimensão do fenómeno e às suas implicações ao nível local.

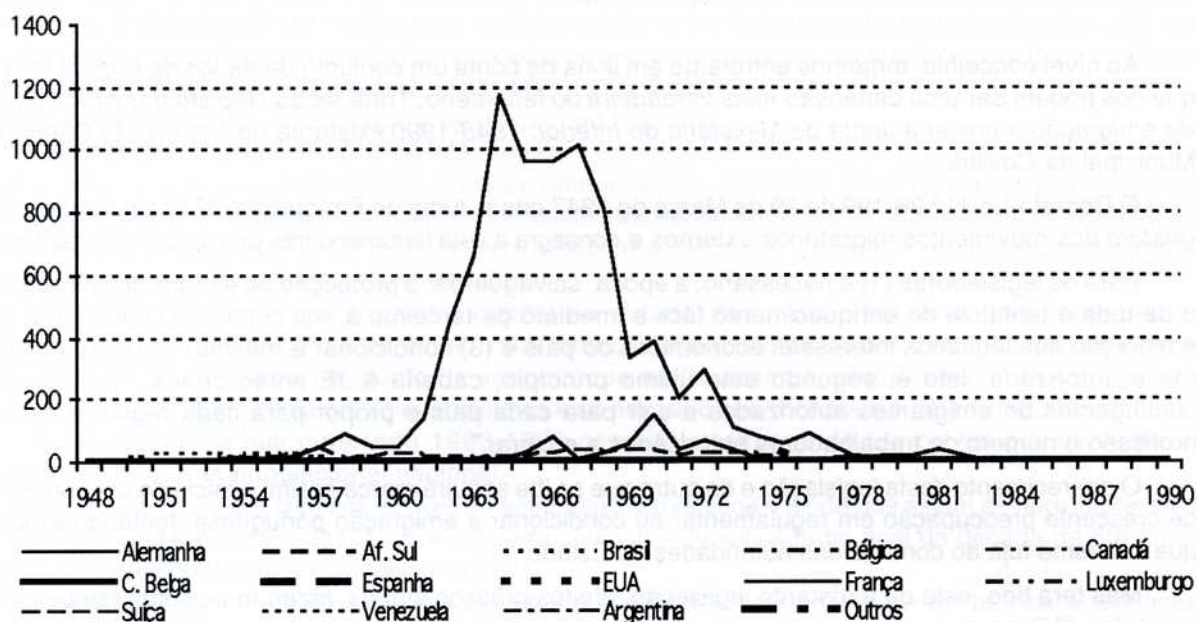
Considerando os totais do concelho e os respectivos destinos verificamos que:

- i. A escolha do principal destino contido nos processos de emigração a partir de meados da década de 50 é, maioritariamente, a França com 80,0%;
- ii. Antes desta data o Brasil é um destino relativamente solicitado atingindo 2,7% do total dos processos;
- iii. Principalmente na segunda metade da década de 60, a Alemanha (RFA) e o Canadá recebem também alguns contingentes com 5,4% e 5,7%, respectivamente;

⁽²⁾ Os restantes 5 são: Guarda (27,4%), Viana do Castelo (22,3%), Bragança (21,5%), Vila Real (20,4%) e Leiria (20,2%).

iv. O meio da década de 70 marca uma fase de diminuição gradual destes movimentos.

Processos enviados à JE segundo a data do requerimento e o país de destino:
Covilhã (concelho).



FORNTE: Arquivo Municipal (CMC).

Note-se que a década de 60 se caracteriza também pelo maior volume de pretensões à saída e que entre 1960-1969 se verificaram 71,9% dos pedidos registados pela CMC e enviados à JE. Os valores mais elevados de pedidos verificam-se em 1964 e 1966 com 1.252 e 1.118 requerimentos, respectivamente e, aos mesmos anos, correspondem valores muito reduzidos de processos indeferidos (1,6% e 0,8%).

Expostos alguns valores importantes relativos à intenção de sair do país de um elevado número de residentes, reconhecidos que eram grandes os entraves burocráticos e sabidas as vantagens económicas e sociais da participação na mesma, fácil será compreender a descoberta de uma multiplicidade de alternativas tendentes a contornar os obstáculos.

Assim, não é de estranhar que os que optaram pelo processo legal e viram impedida a sua pretensão, abandonaram o país de outro modo qualquer. Não são assim raras, as histórias de saída *a salto* como mais rápida e eficaz forma de ultrapassar as contingências legalmente exigidas ao nível criminal, militar, de saúde física e mental até porque muitos deles não se sujeitaram aos procedimentos legais exigidos.

Na *política migratória* do Estado Novo estabelecida em meados da década de 60, através da resolução do Concelho de Ministros de 14 de Janeiro de 1965, mantém-se a validade do princípio expresso no Art.º 1.º do Dec.-Lei N.º44.427, de 29 de Junho de 1962. Segundo este, só os interesses nacionais poderiam sobrepor-se ao direito de qualquer cidadão de sair do país. Todavia, na prática, nem estes interesses foram suficientemente fortes para impedir a saída em massa de indivíduos entre 1965 e 1973. Será precisamente este um período de grande êxodo que só virá a ter alguma acalmia após o 25 de Abril de 1974.

Localmente, no estrito cumprimento do dever institucional traduzido na expressão *A bem da nação* que acompanha toda a troca de informação escrita, os representantes do povo nas Juntas de Freguesia (JF) são o último elo de uma cadeia repressiva dos comportamentos morais e civis individuais.

Confidencialmente ou não, frequentemente, eram solicitadas informações sobre concidadãos residentes na freguesia, fazendo depender destas as decisões superiores de deferimento ou não de um processo legal de satisfação do direito a melhores condições sócio-económicas para o agregado familiar. A teia de controle da emigração ilegal utilizava também estas instituições que, muitas vezes, eram chamadas a pronunciar-se sobre a intenção individual de abandonar o país sem autorização superior.

UM PROJECTO DE HOMENS E MULHERES.

Parece não existirem histórias locais, familiares ou individuais, que tenham encontrado obstáculo maior à saída que a própria vontade de o efectuar. Todavia, os movimentos migratórios colocaram exigências diferentes aos dois sexos, de acordo com a distância a percorrer, as condições sócio-económicas internas e externas, o crescimento populacional, o regime de herança e a posse da terra, as perspectivas de um futuro economicamente mais desafiado e a situação e estratégia familiares.

Todavia, a julgar ainda pela mesma informação, não foi necessário que o processo se prolongasse por muito tempo para que grande parte da população manifestasse vontade em procurar melhor condição económica e social. Os valores são a este propósito bem claros já que, se entre 1962 e 1967 se concentram 59,4% dos pedidos de processos de emigração masculina, 61,9% dos pedidos femininos concentram-se no período 1965-1970.

O REGRESSO.

Iniciámos esta breve reflexão sobre o fenómeno migratório ao nível local pela referência à salvaguarda do regresso enquanto direito de qualquer cidadão nacional. No entanto, apesar das dificuldades em medir os valores que lhe dão corpo, este parece ser o que mais difícil concretização terá no futuro. Isto é, parte significativa dos que saíram, jamais regressarão e muitos outros não o farão definitivamente já que a longa estada no estrangeiro criou raízes, dividiu famílias e sentimentos que obrigam, amiúde, a deslocações entre cá e lá.

Estamos ainda hoje em pleno processo de regresso ao torrão nacional dos que saíram nas décadas de 50, 60 e 70 deste século, não sem que se tenha efectuado um vasto conjunto de transformações culturais, sociais e económicas que importa considerar. Estas são visíveis, sobretudo, nos meios rurais onde as iniciativas mais simples podem ter um impacto decisivo na criação de emprego, na dinamização económica ou no retorno a práticas de então (agrícolas, culturais, sociais, etc.).

Todavia, as décadas de 80 e 90 manifestam uma mobilidade em direcção ao exterior com características diferentes mas igualmente importantes. À saída definitiva e longa para trabalhos pouco especializados, tendo como destino primordial França e Alemanha, segue-se um vaivém constante em direcção à Suíça ou ao Luxemburgo, onde se exercem actividades crescentemente dirigidas para sectores específicos e bem remuneradas: a hotelaria, a construção civil e a exploração florestal têm aqui um papel fundamental.

É pois fundamental o estudo da emigração (ou dos movimentos migratórios) e dos seus impactos locais através de um regresso efectivo e/ou de um investimento sócio-económico, simbólico ou outro e, sobretudo, ter em conta que este facto social – fruto de contextos locais e históricos próprios – é essencial para a compreensão da realidade actual.

Tal como refere Custódio Cónim, abordar o problema do retorno é “antes de mais, analisar o contexto social, económico e geográfico do fenómeno emigratório português encontrando-se ele estritamente ligado ao volume de saídas, às motivações que o originam e ao espaço geográfico em que se localiza”.⁽⁴⁾

⁽⁴⁾ “Emigrantes portugueses: o regresso, 1960-1981”, *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, Lisboa, INE, (26) 1985: 73-12



1977
Landscape
Oil on canvas
100 x 150 cm
Elio
77



EMIGRAÇÃO, IGREJA E BEIRA INTERIOR

A emigração clandestina

Situa-se o início da emigração portuguesa, em 1425, com a chegada dos portugueses à Madeira. Nos fins do séc. XIX e princípios do XX, desenvolve-se a corrente migratória para o Brasil. Seguem-se depois os destinos da Venezuela, Canadá, e Estados Unidos da América. Para este país, os Açores contribuem com maior número de emigrantes.

Nos anos 60, dá-se uma orientação totalmente diferente nos destinos da emigração. A Europa surge como o novo Eldorado.

Dois países se destacam: França e Alemanha, e a partir dos anos 80, também a Suíça. Mas é sobretudo a França que capta o maior número de portugueses emigrados. O fenómeno tem a sua explicação.

Com efeito, verificam-se dois movimentos paralelos na emigração para Europa. Um baseia-se no recrutamento legal de trabalhadores pelo acordo entre o Governo Português e Francês em Janeiro de 1964. O outro é completamente clandestino e incontrolável. Não há aldeia, vila ou cidade da Beira Interior onde não tenham saído emigrantes clandestinamente para França. O êxodo é tal que muitas aldeias ficam quase vazias, só restando os idosos e doentes. Ou seja, os que não podiam partir. A este propósito, escreve Joel Serrão: "De 1963 a 1973, dá-se o maior movimento migratório da história portuguesa".

A emigração clandestina também chamada "a salto" conta no seu historial com tragédias e

dramas familiares.

O "passador" torna-se o personagem principal desta tragédia, fazendo da emigração clandestina um negócio florescente. Quer do lado espanhol, quer do lado português muitas riquezas se construíram à base dos "clandestinos". Christian Chalonge conta toda a história da emigração clandestina no filme *O Salto*, um documentário que ilustra "esta nova epopeia" não marítima mas terrestre dos portugueses do séc. XX.

Em 1970, os serviços oficiais franceses registam quase 70 mil emigrantes legais para 100 mil clandestinos. A partir de certa altura, nem os serviços portugueses nem os franceses tinham capacidade para fornecer números fiáveis respeitantes aos clandestinos. Uma imagem era então usada: Paris tornara-se a segunda cidade portuguesa em população. O Sabugal é o concelho com maior índice de emigração.

As causas

Quais as causas que estavam na origem do abandono dos portugueses do seu País?

Primeiro que tudo as causas de origem económica impõem-se sem reboços. Portugal, nos anos 60, estagna. A pobreza e a miséria aumentavam a um ritmo assustador. Segundo dados da OCDE, 30 por cento da população portuguesa trabalhava na agricultura contra 6 por cento na Alemanha, 20 por cento na Espanha, 9 em França e 27 na Grécia.

Nas aldeias do Nordeste e Centro Interior Norte, as populações vivem de uma agricultura de subsistência. O sonho dos aldeões é terem a sua "casinha e dar uma educação aos filhos. E quando se diz educação, significa proporcionar-lhes um futuro diferente com um curso superior. Os portugueses não aceitavam que os seus filhos tivessem uma vida igual à que levavam na pobreza e na miséria.

A segunda causa é de política. Aqui a guerra colonial desempenha um papel importante. Os jovens em idade militar recusam os quatro anos de serviço militar obrigatório. Daí a fuga ao serviço militar nas chamadas então "províncias ultramarinas", de dezenas e dezenas de milhares de jovens. É difícil quantificar o número.

Há quem tente explicar também esta hemorragia dos portugueses para a Europa dos anos 60 por um certo espírito de aventura tipicamente portuguesa herdeira do tempo dos descobrimentos. Mas não é uma causa muito convincente. E hoje é abandonada para explicar o movimento migratório desta época.

A emigração para a Europa apresenta uma série de características próprias.

Quem emigrava primeiro eram os homens, os chefes de família. O objectivo assentava no provisório. Ia-se para França ganhar dinheiro durante algum tempo. Depois voltar-se-ia. Este objectivo nunca se cumpriu. O provisório transformava-se em permanente. O regresso sempre sonhado era sempre adiado.

Passado um determinado tempo, dava-se o reagrupamento do casal. As mulheres juntavam-se aos maridos da mesma forma como estes haviam emigrado: com o "passaporte do coelho" ou seja "a salto".

No local de destino que, afinal, era toda a França, a região parisiense era a mais procurada.

Aí os portugueses instalavam-se em "barracas". São célebres e paradigmáticos os "bidonvilles" de Champigny e Saint-Denis, hoje lugares de urbanização novas.

Estes homens e mulheres conservavam uma mentalidade rural e o tipo de civilização oral. 50 a 60 por cento eram analfabetos mas com um poder de adaptação ao meio como só o português sabe fazer.

Em 1975, a França registava uma população de 800 mil portugueses dos quais 500 mil concentrados na região de Paris.

No distrito de Créteil, metade dos emigrantes eram naturais do distrito de Leiria, da Guarda e Castelo Branco.

A resposta da Igreja

Perante este fenómeno social que afectou sobretudo as paróquias rurais qual foi a resposta da Igreja? Neste caso a Igreja de origem, já que o documento *Migratorum Cura* encarrega a Igreja de destino se ocupar dos emigrantes.

Que fez a Igreja Portuguesa? Temos que dizer que a resposta foi demasiado lenta. No entanto, mais rápida do que o Estado, já que para Salazar "emigrar era um crime".

É um facto que a Igreja foi apanhada de surpresa por tal onda avassaladora de partidas para a estranja.

A nível nacional, não havia estruturas para resposta a fenómeno tão global. Era o organismo da Caritas que se ocupava até então pontualmente dos problemas de emigração. Deve sublinhar-se, no entanto, que a Conferência Episcopal publicou uma carta pastoral corajosa onde se defendia, com base nos documentos da Igreja, o direito a emigrar.

Foi criada uma Comissão Episcopal das Migrações e, em 1967, os Bispos nomearam, nas dioceses, secretariados es-

pecificamente voltados para todos os problemas relacionados com a emigração.

Sob direcção do autor destas linhas, foi organizado, na Covilhã, com sede no Centro Cultural, um secretariado com a seguinte composição: dois sacerdotes, uma assistente social, duas professoras primárias, um técnico de emprego, um advogado e uma pessoa para o acolhimento e relações públicas.

Cada um destes elementos tinha uma missão precisa: actuar dentro da sua especialidade. Os sacerdotes na acção pastoral, a assistente social nas questões sociais, as professoras primárias no aperfeiçoamento da língua portuguesa, o técnico de emprego nos problemas da área e o advogado nos casos jurídicos.

O secretariado, depois de uma análise da situação, começou por definir uma estratégia de intervenção em ordem a responder aos problemas que o novo fenómeno levantava. E assim levou a cabo uma série de acções.

A primeira acção consistiu no lançamento de um inquérito para ver quais os principais problemas nas aldeias, suas consequências e prioridades a estabelecer. A segunda acção foi de mentalização e nomeações de delegados em zonas dos distritos de Castelo Branco e da Guarda. A terceira acção foi conhecer "in loco" os problemas com que se debatiam os emigrantes. Com este objectivo, o secretariado organizou visitas a França e ao Luxemburgo para contactos directos com os portugueses nos seus locais de trabalho.

Com as festas de emigrantes no Verão, promoviam-se colóquios e as conclusões eram enviadas aos serviços respectivos do Estado. Um dos encontros mais importantes realizou-se no Castelejo, no Santuário de Santa Luzia, tendo reunido quase dois mil emigrantes.

A experiência dos Estágios de Verão

A medida que se descobriam novos problemas, novas respostas eram dadas em ordem à sua solução.

Assim, de 1972 a 1975, foram organizados, no Centro Cultural, Estágios de Verão, destinados a padres, religiosos e religiosas e agentes pastorais franceses. O objectivo era dar a conhecer a Igreja Portuguesa, a prática da língua portuguesa, contacto com a realidade sócio-económica nacional e costumes e tradições das aldeias onde eram originários os emigrantes. De notar que, nos fins de semana, todos os participantes nos estágios iam para as paróquias rurais.

As conclusões e avaliação dos estágios eram remetidas aos respectivos departamentos de Estado e divulgados na comunicação social, regional, nacional e televisão.

Dos estágios surgiu o movimento das seis dioceses do Nordeste (Guarda, Viseu, Lamego, Vila Real e Bragança) a que se juntam também mais tarde Portalegre e Castelo Branco. O primeiro encontro realizou-se, em 1975, na Covilhã e na Guarda, com intervenções de especialistas nos vários domínios da pastoral e dos problemas sociais com participantes das seis dioceses, inclusive emigrantes e pessoas interessadas na emigração.

Foi um verdadeiro congresso cujas conclusões foram publicadas numa brochura.

O encontro teve repercussões a nível nacional.

É de registar a visita de estudo da Universidade de Créteil (França) à Beira Interior que incluía não só professores e alunos mas também grande número de dirigentes associativos que tinham contactos com a emigração portuguesa.

Visitas de estudo e colaboração com organismos internacionais

Em 1977, o Secretariado organizou uma visita de estudo dos seis dioceses do Nordeste a Toulouse e a Lyon. Houve contactos com paróquias, associações de emigrantes, serviços sociais franceses e locais de maior concentração de portugueses. O programa foi elaborado em conjunto pelo Secretariado e pelos organismos franceses responsáveis de Toulouse e Lyon.

Em 1978, a Universidade de Estrasburgo numa acção de parceria com a Universidade Nova de Lisboa realizou uma visita de estudo à Cova da Beira preparada pelo Secretariado.

Em colaboração com o CLAP (Comité de Liaison pour l'Alphabétisation et la Promotion), organismo coordenador de cen-

tenas de associações que trabalham com emigrantes, realizou-se na Covilhã um simpósio de vários dias sobre o "retorno", pois desenhava-se um movimento de regresso dos portugueses.

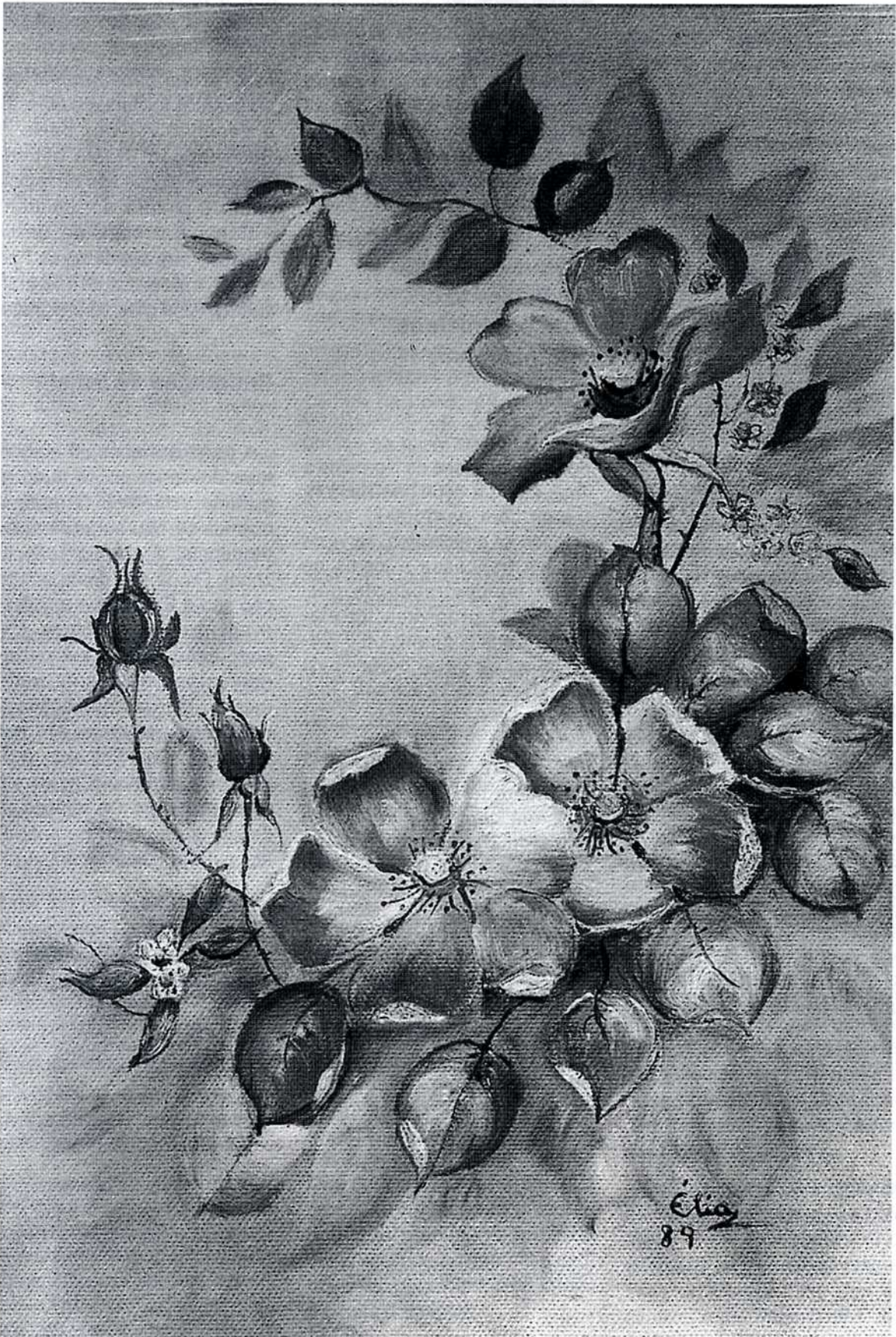
A promoção cultural dos emigrantes foi também objectivo a desenvolver por parte do Secretariado. Neste sentido, duas exposições são de realçar: uma de pintura do emigrante António Barrocas do Barco, radicado nos arredores de Paris e uma exposição de fotografia sobre o tema geral da emigração.

Emigração Sazonal

A partir dos anos 80 e sobretudo dos anos 90, o fluxo migratório estabiliza. O regresso acentua-se. Mas surge uma nova tendência: é a emigração sazonal. Os países desta emigração são a Espanha e a Suíça e eventualmente a França. Esta emigração obedece a permanência nos países de vários meses. Mas as condições de vida destes emigrantes são muito precárias. O alojamento é deficiente e as condições de vida muito precárias. Os salários são baixos e não está garantido o acesso aos cuidados de saúde.

Mesmo integrado na União Europeia, Portugal continua a ser país de emigração. Será esta constante uma sina da sua história?

* Director do Notícias da Covilhã



AI TORTOSENDO, TORTOSENDO NÃO TEM SAUDADES QUEM QUER

A diáspora portuguesa também inclui, em si, muitos filhos do Tortosendo. Por todo o Portugal, por essa Europa fora, pela África, pela América, há tortosendenses.

As razões que os levaram a deixar a sua Terra foram as mais variadas! Saíram os mais corajosos, por sua iniciativa ou espírito de aventura, à procura de uma vida melhor; outros foram, quase empurrados, em épocas de crise dos lanifícios, que ciclicamente se sucediam no sector ou quando veio a modernização e sobrou mão-de-obra; outros, ainda, para fugirem a uma guerra colonial com a qual não concordavam ou à procura da liberdade para expressar as suas ideias; e, até, felizmente, alguns para prosseguirem estudos, guindando-se a posições que não haviam de ter lugar na Terra natal.

E os Tortosendenses, como quase todos os migrantes, confrontaram-se nos países de acolhimento com muitas dificuldades. Os que “foram a salto”, ou com “passaporte de coelho”, principalmente para França e, aí, entraram clandestinamente, sujeitaram-se a integrar uma mão-de-obra barata, por não poderem fazer valer os seus direitos. Mesmo aos que entraram legalmente (porque a sua força de trabalho

era necessária), não foi fácil a integração. Mas todos, quase todos sem excepção, sofrendo com a saudade.

Em muitos casos, sempre em mira o regresso, o retorno às origens, correspondendo ao apelo da Terra Mãe, que não lhes pudera proporcionar o que eles desejavam e mereciam. E amealhavam o mais que se podia para construir um ninho na sua Terra para esse regresso, ou para se passar o tempo entre cá e lá, que os filhos já haviam ganho amor a essa mãe adoptiva que os vira crescer, e a muitos até nascer. Apesar de tudo, a situação é um pouco mais favorável para os da Europa, que podem gozar aqui as suas férias anuais. Nesta altura se recarregam as baterias do coração com os muitos mimos e atenções que as suas famílias foram acumulando ao longo do ano.

Então cada um dos familiares se preocupa em lhes oferecer os acepipes mais típicos, mesmo que a altura não seja a mais adequada, pois “tudo se quer no seu tempo”. Mesmo fora do Natal, hão-de comer-se batatas com bacalhau, as papas de carolo, as filhós; o Bolo da Festa, esse folar inimitável, com uma “chazada” (para as senhoras!) que o chá tem aqui um sabor muito diferente; as sardinhas assadas

e o caldo verde, a lembrar o S. Miguel; se possível as saborosas castanhas, cozidas ou assadas, para relembrar os Magustos; as cherovias; “os peixinhos da horta”; as nozes, a jeropiga; a feijoada... ou, até, “as amêndoas de farinha que logo se desfaziam na boca e as Nossa Senhoras de açúcar, que botavam no pescoço e a gente ficava chupando. Que gostoso que era!”

Mas as maiores dificuldades são para os que se encontram em lugares longínquos, na África do Sul, no Canadá, nos Estados Unidos, no Brasil.

Entretanto, para minorar as saudades, trocavam-se cartas, lidas avidamente, para se terem notícias dos familiares, dos amigos, dos mais chegados, dos vizinhos, de todos, que aqui na Beira reinava a solidariedade e, de uma forma espontânea, se comungava das alegrias e das tristezas.

Com o andar do tempo o telefone substituiu a carta (que havia de levar também fotografias) e surgiu o vídeo como registo de uma ocasião especial, que permitia rever familiares e amigos e, com um pouco mais de sorte, visitar lugares queridos. Agora os mais novos já comunicam pela Internet, não podendo deixar de se referir o importante papel desempenhado pelos Jornais regionais

Alguns houve que estiveram dezenas de anos sem poder voltar “ao seu Tortosendo” e, à medida que as saudades se acumulavam, rostos e lugares iam-se esbatendo na memória, mas o amor ao Tortosendo “redobrava”.

Uma amiga que se encontra no Brasil e que da primeira vez sofreu com uma ausência de 19 anos, recorda, particularmente, como viveu o tempo que an-

tecedeu essa viagem: “*Andei três dias sem comer nem dormir. E, à chegada, foi grande emoção com toda a família à espera*”. Mas, apesar de a partir daí começar a vir, praticamente, de 3 em 3 anos., diz ela: “*As emoções se repetem. Fico muito tensa com a vinda*”. Embora das suas palavras, não deixe de transparecer, também, uma certa nostalgia: “*Nós vimos atrás de emoções que já cá não estão, praticamente só temos a família e assim alguma amiga, qual Fernando Pessoa: “Outro eu era daqui / e hoje regresso estrangeiro, / forasteiro do que vejo e ouço...”*”

Uma vez aqui, para visitar, além das pessoas, há que rever os lugares, palco de muitas das recordações da infância e juventude. Cita-se, pois, um amigo que vive no Brasil: “*Deixou-me muita emoção rever o rio Zêzere. Sobre a Ponte de Ferro recordei a viagem de militar. Mostrei a nossa praia a minha esposa. Conteí que era a nossa praia durante uma semana. Preferíamos este sítio, porque passavam os comboios. Mexeu muito com o meu coração Já não tenho os meus pais. Mas lembro-me de toda a minha família, da infância passada aqui no Ribeiro (perto da Rua das Pontes), a roubarmos laranjas na Casa Garrett. Adoro andar por onde andei de criança. Ainda se mantém a pedra que servia de lavadouro a minha mãe, coberta de silvas, no Ribeiro de Santiago, no sítio dos Maiorais. Desci depois à ponte de Santiago. Também aí lavavam. Peguei verdura das mimosas para a minha irmã enfeitar a casa.*”

Mas para além das formas de comunicação com a sua terra, já atrás referidas, não pode deixar de se referir o papel que a LAT, Liga dos Amigos do Tortosendo, tem desenvolvido para estabelecer elos de ligação mais fortes, tendo tão

somente em vista a perseguição do Art. 2º dos seus Estatutos que diz, mui claramente, o seguinte: “A Liga dos Amigos do Tortosendo tem por fim o reforço dos laços de amizade e solidariedade entre os habitantes do Tortosendo e as comunidades tortosendenses existentes em Portugal e no estrangeiro...”

Assim a LAT organiza anualmente o Jantar Convívio, na altura do S. Miguel, proporcionando-se espaço de confraternização, de convivência e amizade em que o elo de ligação é a terra mãe.

Podemos dizer que o Convívio deste ano e que ocorreu em 30 de Setembro, contou uma vez mais com os “fiéis” que comparecem em cada ano, servindo por assim dizer de anfitriões e com Tortosendenses/Amigos do Tortosendo radicados no Norte do País, em Lisboa e arredores, Oliveira de Azeméis, França e, até, no Brasil. Criou-se um clímax tal que brotaram de muitos corações testemunhos belos e ricos, que pela sua sinceridade e espontaneidade emocionaram muitos dos presentes.

Dentro do mesmo espírito de fortalecimento dos laços com o Tortosendo, a LAT meteu ombros à realização do 1º Encontro de Tortosendenses e Amigos do Tortosendo, na Costa da Caparica, do qual se pode fazer um balanço muito positivo.

Até as actuações do Orfeão, noutras terras do nosso País (Alhos Vedros, Penalva do Castelo, por exemplo) têm contado sempre com a presença de tortosendenses que se encontram perto desses lugares.

No entanto, o canal privilegiado para concretizar a tão falada ligação entre Torto-

sendenses e Amigos do Tortosendo, tem sido o Boletim trimestral que a LAT edita desde 1992, ao qual todos os sócios têm direito. Esse Boletim tem vindo a desenvolver desde a sua criação, um trabalho em prol da divulgação da nossa História, dos usos e costumes das nossas gentes, contribuindo deste modo para manutenção da identidade cultural dos Tortosendenses. Parece que este objectivo tem vindo a ser conseguido, pois têm sido muitas as palavras de apoio e carinho que nos enviam ou nos transmitem, pessoalmente, os nossos Amigos, e que nos

incentivam a continuar. São mensagens tão sentidas que chegam a tornar-se como-ventes.

Também já estamos na NET (<http://www.ubi.pt/~apombo/tortosendo>) pela iniciativa de um jovem engenheiro tortosendense, radicado em Lisboa, que se tem preocupado em divulgar a nossa Terra, manifestando-lhe assim o muito amor que lhe tem.

Muitos dos nossos Amigos não poderão regressar e viverão, eternamente, divididos entre cá e lá.

"O meu coração está dividido. Eu estou lá bem, mas tenho muitas saudades da minha terra natal. O meu Tortosendo vive na metade do meu coração. Tenho um bocadinho aqui que não me sai da minha mente". - disse-nos um Amigo numa despedida quando partia para o Brasil, sem planos para poder voltar.

Resta-nos, pois, contribuir para alimentar essa saudade, essa *"lembrança doce/ de tudo / o que se viveu"*. Que a saudade seja para eles "como o sol de inverno" que "ilumina sem aquecer" (B. Neves)

***Vice-presidente da LAT - Liga dos Amigos do Tortosendo**

EMIGRAÇÃO

2.º e 3.ª Geração

É impossível começar este trabalho sem lembrar a figura portuguesa que melhor representa o "emigrante português". Um emigrante que foi forçado a nunca poder voltar à sua Pátria, à sua terra natal.

Pêro da Covilhã é essa figura.

O primeiro Português a pisar terras da Índia e terras de Moçambique. Homem de uma perseverança a toda a prova. "De todos os trabalhos que se encarregou, cumpriu". Quem o diz foi o seu biógrafo, P. Francisco Álvares que com ele esteve na Abissínia.

Cumprindo as ordens de D. João II, deslocou-se à Índia para descobrir os locais onde se produziam as especiarias e à Abissínia para analisar as possibilidades de uma aliança.

O Negus, imperador, não permitiu que ele regressasse a Portugal. Não queria que Pêro da Covilhã informasse a Europa de que, afinal, a corte não era nem o fausto nem a riqueza que se propalava; do mesmo modo, o imperador não tinha a importância que a Europa lhe atribuía.

Por tudo isto, Pêro da Covilhã não pode regressar ao seu País. À sua terra natal como desejam todos os emigrantes. A grandeza do seu espírito, mostra-a, dedicando-se de corpo e alma à terra que o acolheu, apesar de não permitirem, o seu regresso à Pátria amada.

A emigração é um facto que acontece no nosso país, desde

que Portugal nasceu. Após a conquista de Ceuta em 1415, que inicia a Gesta dos Descobrimentos, o surto migratório não só aumentou como se tornou uma constante.

Neste momento, enfoca-se, genericamente, o êxodo migratório a partir da década de cinquenta até aos nossos dias.

O primeiro comentário tem como referência a circunstância de a emigração que então se verificou ter sido ocasionada, essencialmente, por razões de subsistência. O final da II Guerra Mundial com consequências no desemprego e, naturalmente, a fome – fome autêntica – deu origem a esse surto migratório em todo o País com incidência em toda a Beira Interior e no nosso concelho, especificamente.

O encerramento das Minas da Panasqueira, a crise na indústria de lanifícios e outras indústrias adjacentes que viviam dependentes do sector produtivo contribuindo de modo drástico para a crise de desemprego que, de imediato, se começou a sentir, obrigaram as pessoas a procurar, fora do País, resposta às necessidades primárias.

O segundo surto migratório, já na década de sessenta teve características diferentes: não era só a subsistência, mas também o anseio de "viver com melhor qualidade de vida".

A vinda a férias (as vacanças) dos primeiros emigrantes com

evidentes sinais exteriores de riqueza (automóveis, electrodomésticos e outros), aguçaram a ambição e o desejo de emigrar, tendo como objectivo "melhores condições de vida".

Na década de 90, nota-se ainda a emigração embora com contornos diferentes. – É a Comunidade Europeia a estabelecer regras que, contudo, se não cumprem. Um jornal diário, assinalava que "trinta homens regressaram revoltados da Alemanha. Em Portugal, prometeram-lhes "mundos e fundos", lá, trataram-nos como escravos...

Vindos de Angola, Huambo, chegaram a Portugal, cerca de centena e meia de portugueses. Vêm mudos e calados. Têm receio que os que ficaram possam sofrer represálias caso, os agora regressados, "falem de mais".

Os dois casos são diferentes; mas complementam-se.

Drama que se repete. Não podemos esquecer o que aconteceu a centenas de milhares, de "retornados".

Neste início do ano 2001, Portugal é, simultaneamente, país de acolhimento e de emigração. No primeiro caso, tem que saber receber, condignamente, - lembrar-se do seu passado; no segundo, tem que estar alerta às inúmeras armadilhas que se colocam aos novos emigrantes.

Como se vê a emigração ainda não é um fenómeno do passado. É do presente.

Recordemos o passado...

Inúmeros exemplos nas aldeias de Portugal mostram o sucesso dos nossos emigrantes; não mostram porém o enorme sacrifício por que passaram. Interessa que a sua memória seja recordada em vários as-

pectos sem esquecer os sacrifícios por que passaram para além da ausência que não era, de certeza, o menor.

"A minha terra... Porto Leiria, Guarda, Minho,.. Alentejo... Beira? Venho de Portugal, o mais belo País do mundo... Sim, a minha família está lá. Eu espero voltar para lá um dia... mas para já tenho que ficar aqui." O Outro: "Vim clandestinamente. Quanto frio e quanta fome tenho passado!.. Em Portugal eu era barbeiro... Aqui transporto sacos de cimento todo o dia... Nem tenho coragem para sair da minha casa. Não sei falar francês".

Para terminar vejamos o que diz um estrangeiro referindo-se aos nossos emigrantes: "Tenho um amigo português. Trabalhamos na mesma fábrica. O que ganhamos não é muito, mas chega para viver. Um dia, ele disse-me: - A minha mulher também trabalha. Então perguntei-lhe: - E quem fica com o vosso bebé? Ele respondeu-me: - Quando vamos para o trabalho, atamo-lhe as mãos com uma correia... e deixamo-lo em casa. Então tive de lhe dizer:

- Mas tu não pensas no mal que fazes? – Para teres algumas notas de mil a mais no fim do mês tu prendes o teu filho, de dois anos de idade, e deixa-lo sozinho em casa fechado, como se fosse um cão?..."

E OS FILHOS DOS EMIGRANTES?

Inicialmente partiam os homens. As mulheres ficavam com os filhos. Após os primeiros contratos chamaram a família; a mulher começava também a trabalhar. Os casos exemplares quase tornaram a situação como normal.

Como consequência surge o grande problema – a educação

dos filhos.

O caso, atrás apontado, não foi nem era, naturalmente, um caso generalizado. Serve porém de ponto de partida para a questão que me parece mais premente e que se refere aos filhos dos nossos emigrantes – as chamadas 2ª e 3ª geração.

Tive a oportunidade de ter colaborado num curso de formação que tinha como objectivo promover uma melhor integração aos filhos de emigrantes já regressados.

O curso era frequentado por quinze jovens regressados oriundos da França, Suíça, Inglaterra e África do Sul. Tinham direito a uma bolsa de formação, subsídio de alimentação, manuais e documentação técnica. Os destinatários eram jovens com idade inferior a 25 anos, portugueses ou luso - descendentes à procura de emprego.

São todos da Covilhã-cidade e concelho. Continuam com a vontade de emigrar, mas o desemprego, na Europa, é grande. Os que vieram de França - é o maior número - desejam ficar em Portugal e arranjar trabalho. Vieram porque, em França, é difícil arranjar emprego. Outros há que regressaram novos (crianças) com os pais. Dizem que, com o seu regresso, foram prejudicados nos estudos por causa das equivalências.

O curso destina-se à formação de empresários. Olham, contudo, o futuro com apreensão. Na Europa não há empregos devido à crise económica. Em Portugal, a crise também já se sente, embora como salientam, não tanto como lá fora. A questão da integração, na localidade onde vivem, é uma das principais dificuldades: sentem-se deslocados. E pior, na França ou noutra qualquer país, donde regressaram, acontece o mesmo.

Uma frase sintetiza este drama: "Em Portugal chamam-

nos franceses; na França, portugueses”. Dominam bem o idioma do país que os recebeu e, muito mal, o do País de origem – neste caso, Portugal.

A principal razão do regresso é a crise económica que grassa por toda a Europa. Tudo leva a crer que outros jovens, muitos, venham a caminho.

Não encontramos a nossa identificação

O texto a seguir é o produto de uma mesa redonda que tive com esses filhos de emigrantes. Foram mais de duas horas de conversa. Debate por vezes difícil. Havia notas de desânimo, outras de saudade. “Quando estava em França e via um carro com matrícula portuguesa, sentia um baque no coração; agora em Portugal, acontece-me o mesmo quando vejo um com a matrícula francesa”.

A Brigitte abriu o diálogo: “As pessoas de uma maneira geral, aceitaram-me. Só, que, há quem não pense assim... Agora estou em Portugal e sou portuguesa. Para muita gente, sou francesa;

toda a vida. Estão sempre a chamar-me “avec” e “francesa”.

A Beta continuou no mesmo diapasão: “Nasci em França. Lá sou sempre “a portuguesa”. Cá só vêem em mim a Francesa”; “não conseguimos encontrar a nossa identidade”.

E crescentou: “pensava que quando vinha de férias os nomes por que me tratavam era só para me chatear.. Continuam a chamar-me da mesma maneira. Já não sou emigrante. Estou aqui a fazer a minha vida. Para todos continuo a ser emigrante. Só que, nem em França onde nasci, consigo ser francesa”.

Questão de mentalidade ou crise económica?

As conclusões foram muitas e variadas. Mas a grande questão surge por razões de ordem económica que originou o seu regresso. “a vida, lá, já não estava boa”; “depende também de encontrar trabalho”; “lá não conseguia trabalho a não ser nas férias”. Para que comentários?

Em Portugal não se encon-

traram. No país de acolhimento, também não.

As dificuldades são múltiplas como se vê - são os “avec” (qualquer que seja o país de onde regressaram). Antes, no tempo das vacas gordas, tinham amigos “para os copos” e para andarem de um lado para o outro. Agora são concorrentes aos mesmos empregos.

As dificuldades que sentem são enormes a começar pela língua que não dominam.

O que se escreveu é a realidade.

Há, porém, muitas outras “causas” e “consequências” que importa aprofundar. Para além das respostas a encontrar para solucionar os problemas das necessidades urgentes dos que regressaram; há a necessidade de estudar e encontrar respostas adequadas aos luso descendentes que permanecem nos países de acolhimento, de modo a manter viva a identidade portuguesa.

E muito mais...

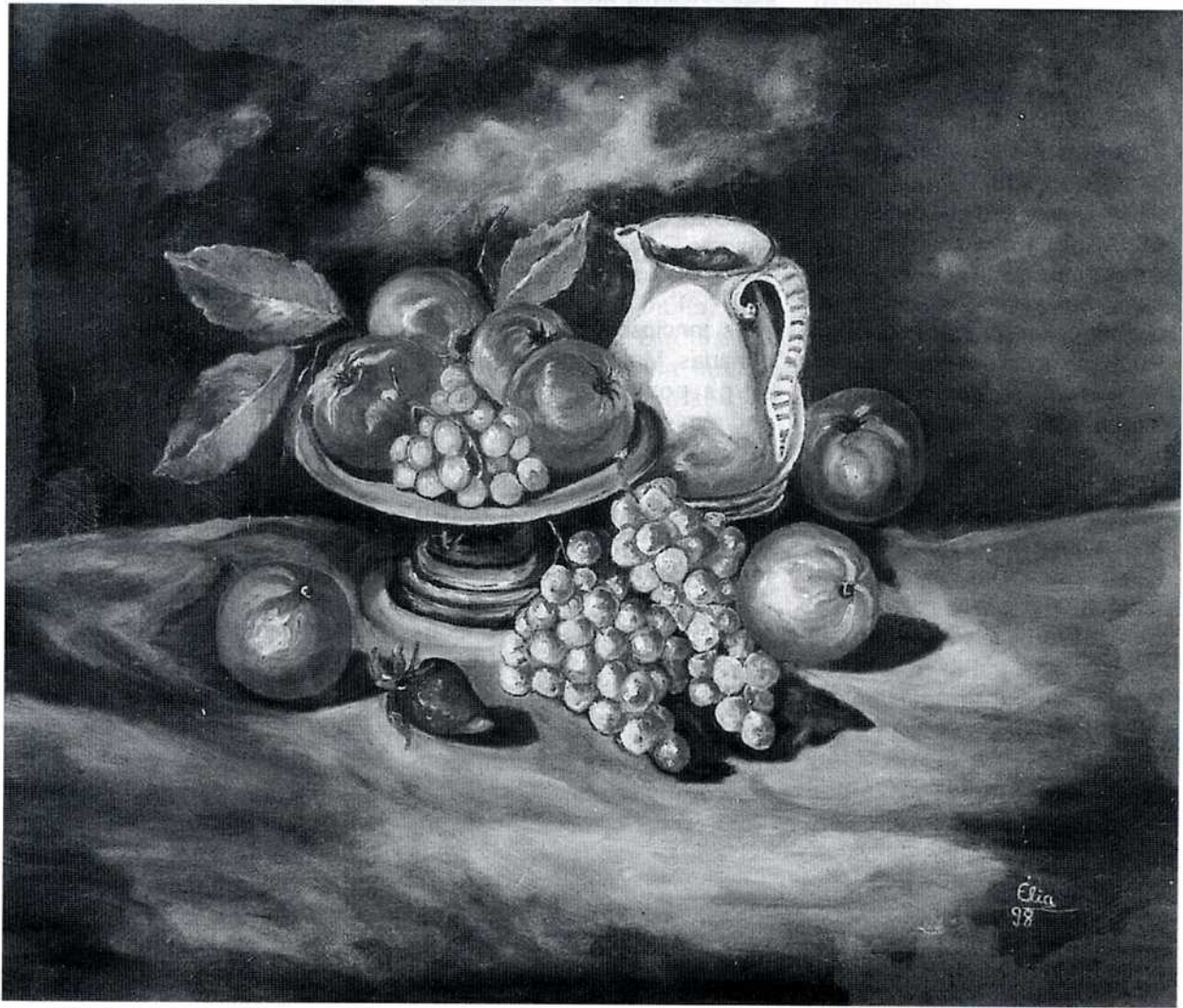
O debate deve continuar.

...no trabalho em Paris, foi
...tudo isso. Entretanto, depois
...de alguns dias de trabalho
...e muito mais, a obra se tornou
...nesta obra, Fátima.

Não encontramos a nossa identificação

...e, para isso, temos que ter
...o mesmo espírito. Fátima não é
...uma obra de arte, mas uma
...obra de vida. Ela é a vida
...que se manifesta em forma
...de obra de arte. Ela é a
...obra de arte que se manifesta
...em forma de vida.

...e, para isso, temos que ter
...o mesmo espírito. Fátima não é
...uma obra de arte, mas uma
...obra de vida. Ela é a vida
...que se manifesta em forma
...de obra de arte. Ela é a
...obra de arte que se manifesta
...em forma de vida.



...e, para isso, temos que ter
...o mesmo espírito. Fátima não é
...uma obra de arte, mas uma
...obra de vida. Ela é a vida
...que se manifesta em forma
...de obra de arte. Ela é a
...obra de arte que se manifesta
...em forma de vida.

OS BEIRÕES E A EMIGRAÇÃO

Os portugueses sempre se identificaram pela audácia, destemor, pelo espírito aventureiro. Os mais próximos do litoral, vendo o mar de perto e conhecendo as ondas pelo nome, aventuraram-se para além do que era imaginável e foram encontrando terras que povoaram e a que deram vida. Do interior saíram também alguns dos que desafiaram as ondas, a exemplo de Álvares Cabral, que foram dando "mundos ao Mundo". Mas, se deste interior alguns se fizeram às brumas, muitos mais se meteram por atalhos, caminhos entre serranias e penhascos. A busca de melhor vida para si e seus, a fuga a perseguições de diversa natureza deram aos beirões, de todas as épocas, a tez de quem não teme o rigor nem do tempo nem da distância.

Numa primeira fase, as vizinhas terras de Espanha acolheram mineiros, serradores que deixavam as nossas aldeias, por meses, mas onde voltavam todos os anos com algumas pesetas e um sotaque identificativo. A guerra civil, no entanto, desencorajou muitos deles que regressaram com muitas histórias, mas com pouca vontade de voltar.

A esse período um outro se lhe seguiu, durante o qual o destino foram terras mais distantes como a Venezuela, Argentina, Brasil. Viagens longas, de barco, que não permitiam a vinda regular às

terras de naturalidade nem contactos amiudados com familiares não pareciam obscuro. A correspondência escrita era forma de comunicação que demorava e demorava bastante. Assim, muitos dos beirões saídos na década de cinquenta não mais voltaram e outros regressaram com novos hábitos, outras formas de ver e sentir, algum desafogo nas algibeiras. A fama da fortuna entusiasmava e a indumentária qualificava na comunidade os provenientes de alguns países. Era o caso dos "brasileiros" para designar os endinheirados. A eles se referia o povo em quadras como esta:

O Zé Bento foi ao Brasil
Não foi p'ra ganhar dinheiro
Foi para ganhar a fama
Já lá vem o brasileiro

Das aldeias do sul do concelho da Covilhã famílias inteiras se fixaram, sobretudo na Venezuela, onde ainda hoje ramos genealógicos por lá ficaram a perder de vista, prolongando-se em sectores do comércio e da indústria.

As colónias foram outro dos rumos dos nossos compatriotas. Aí buscaram também a sorte que procuravam em todas as paragens. Não era fácil a saída para os lonjuras africanas. A necessidade de passaporte e mesmo garantia de

regresso, em caso de inadaptação, colocavam entraves quantas vezes intransponíveis. De qualquer modo, do concelho da Covilhã muitos saíram para Angola, Moçambique, África do Sul, Congo a que foram, mais tarde, juntar-se os restantes familiares. Nesses países se misturaram num quotidiano de trabalho e cor. O retorno às origens, após respectivas independências, mostrou-nos, de certo modo, quanta gente beirã não havia espalhada por essas andanças.

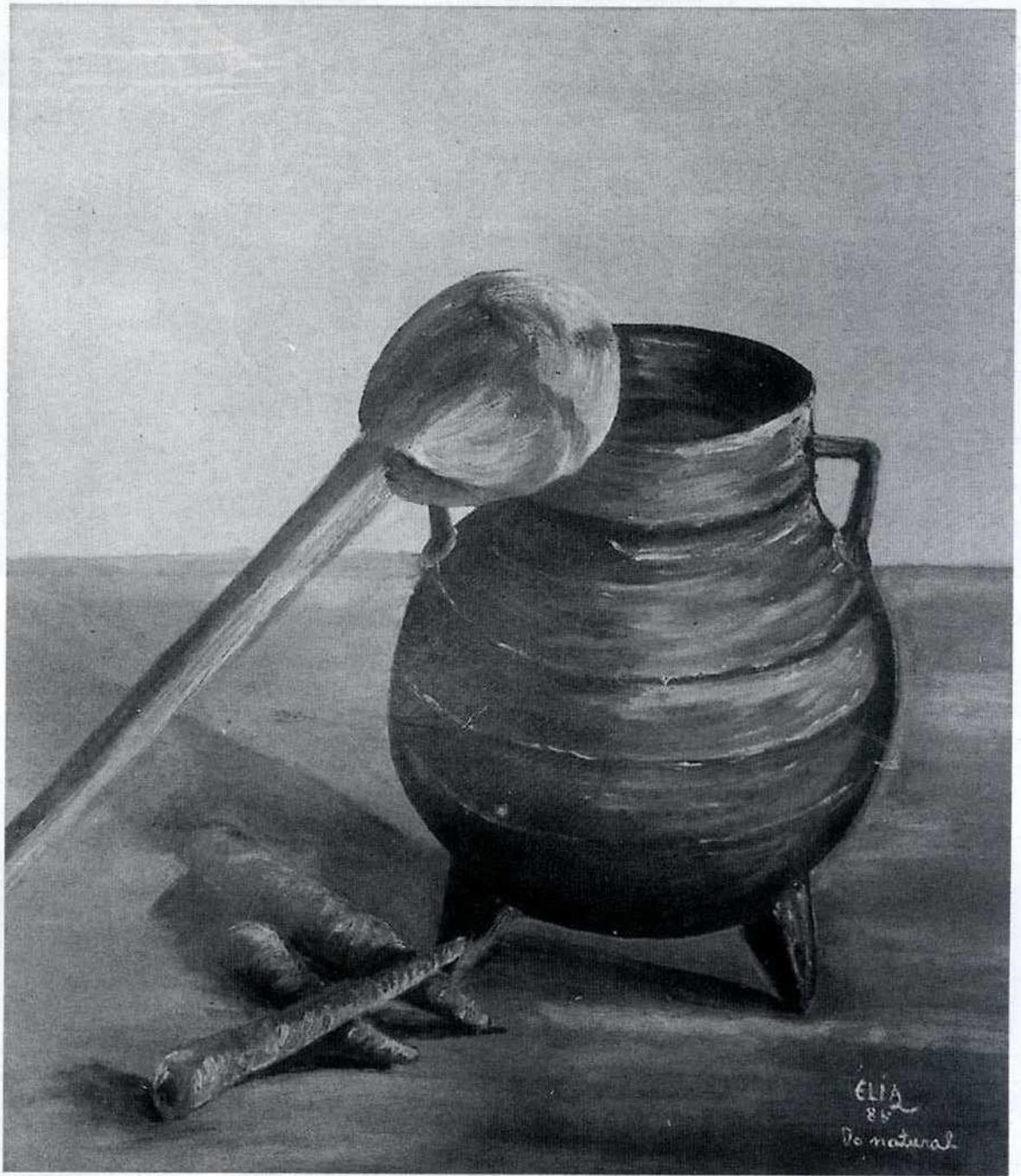
O espírito de sobrevivência e ânsia de superação das necessidades aguçam o engenho e, neste capítulo, as gentes beirãs têm dado mostras de uma coragem sem meças. As décadas de sessenta e setenta foram marcantes para a vida de todas as comunidades do interior. As aldeias das franjas do concelho da Covilhã despovoaram-se. A fuga à guerra colonial, para alguns, e a melhoria das condições de vida, para a maior parte, fizeram cerrar os dentes a muitos compatriotas que procuravam longe o que não tinham à porta.

As Minas da Panasqueira, após o fulgor do período da

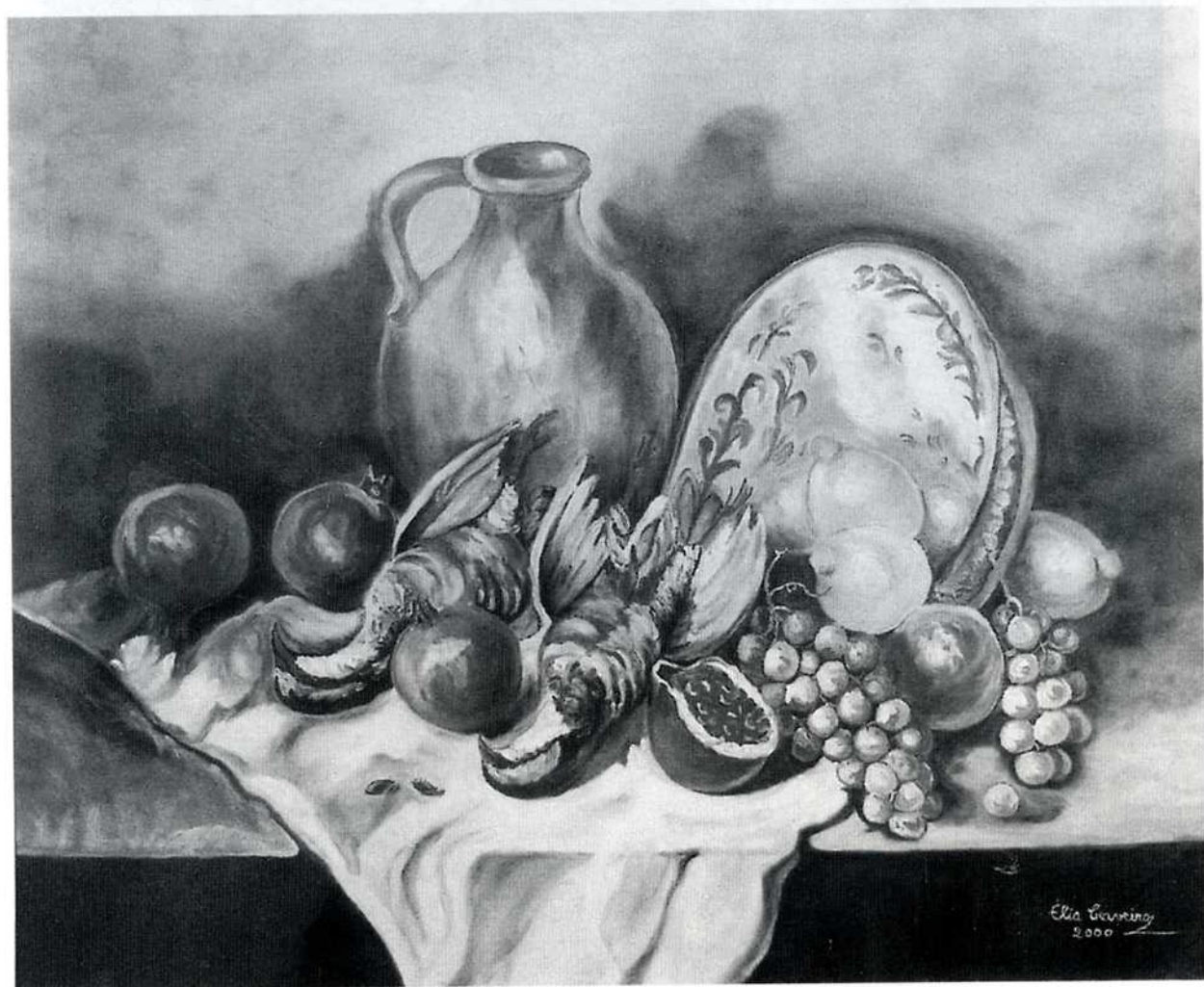
Grande Guerra em que o preço do volfrâmio dava para tudo, excepto para a saúde dos mineiros, iniciou um processo de despedimentos que atirou para a miséria famílias inteiras. Só uma nova aventura as poderia salvar. Desta vez a mira estava não apenas no Canadá, a que nem todos tinham aceso, mas muito mais em França, de onde vinham boas notícias acompanhadas de muitos francos. Conseguir indispensável documentação para emigrar não era fácil. Preciso, sim, era entregar-se nas mãos de quem conhecia as artimanhas e o modo de sair delas. Alguns silicóticos em último grau se apresentaram com exames de gente sem mácula. A grande maioria, no entanto, escolhia os caminhos da incerteza, pois se sentia com forças para calcorrear as montanhas espanholas, escondidos entre arbustos e pedras donde apenas saíam à noite para dissimular guardas e perseguidores. Ser "passador" era arriscado; mais arriscado para aquele que lhe entregava nas mãos o que tinha e o que não tinha, sempre na convicção de encontrar meios para uma vida melhor dos seus.

Assim se despovoaram terras, se abandonaram campos de cultivo e sementeira, se perderam energias e se encerraram escolas, hoje, por falta de alunos. Outras coisas se ganharam, porém.

A ida para França "a salto" terá sido a réplica da aventura marítima do século XV. Só gente de alma grande seria capaz de tamanhos feitos. Na primeira, talvez mais do que na segunda, as aldeias das abas da Estrela deram exemplos de bravura e coragem, as mesmas que continuam a dar por esses países da Europa, das Américas, ao fim e ao cabo por todos os continentes onde o sangue beirão não só se espalha como se espelha. E se a esse espírito emigrante juntarmos todos os descendentes dos "hermínios" que se fixaram em outros tantos pontos do nosso País, temos que convir que os beirões são de rija têmpera, capazes de tudo deixarem, na busca de uma vida melhor. As marcas do xisto ou granito, o cheiro do carboreto e volfrâmio ou a doçura da lã é que dificilmente se apagarão do seu espírito.



ELIA
86
De natural



EMIGRAÇÃO

Questão do passado e do presente

O fenómeno social das migrações humanas perspectiva-se nas sociedades modernas como batalha pela emancipação. Na conquista desse «território» a massa humana desloca-se sobre o impulso subjacente ao fim determinante do vector económico, gerando um movimento social e político. Para o emigrante - quer se trate de um processo migratório interno ao externo- há um valor essencial nessa escolha de se deslocar da sua terra para outra ou, do seu país para outro; esse valor radica na sua força de trabalho, mercadoria, em busca de um melhor mercado, para um melhor preço do seu salário. No modo de produção capitalista tanto os meios de produção como a própria força de trabalho são mercadorias. É o salário que corresponde ao valor da reprodução da força de trabalho. Analisando a situação concreta do movimento migratório no Concelho da Covilhã, podemos constatar estarem correctos os conceitos mobilizadores que levaram as gentes para o Brasil nas décadas de trinta e quarenta, mais aqueles que partiram para a França e Alemanha nas décadas de sessenta e setenta. Há, porém, em cada candidato à emigração uma personalidade única com a sua própria história, história alicerçada na sua matriz social, económica e cultural. Decorre portanto o caso particular de cada indivíduo, que se vai inserir uma questão mais geral que tipifica

«os grupos» de emigrantes. O êxodo da emigração portuguesa para França nos anos sessenta, levava nos mesmos comboios os emigrantes devidamente documentados com um destino e um contrato de trabalho e, levava também aqueles que tinham passado a fronteira dando o «salto». Dentre estes, as razões da emigração eram diversas; havia, desde rudes camponeses das aldeias mais recônditas do nosso país; até à gente ilustrada originária dos meios urbanos - exilados políticos - tendo como razão as questões políticas; havia ainda os desertores da guerra colonial. Os emigrantes saídos do nosso concelho por essa época, preenchiam as várias componentes motivadoras, é óbvio, que a grande maioria o fazia por motivos de ordem económica - estudos levados a cabo junto das comunidades de emigrantes em França, assim o revelavam: os «salários de miséria» que se pagavam então em Portugal, continham a carga de descontentamento que dava força à decisão. A realidade social das pequenas aldeias por esse país fora, era ilustrada pelas partidas constantes dos seus habitantes. Com passaporte ou a «salto», uns levavam os outros a pontos de, muitas delas ficarem com meia dúzia de velhos..., ou completamente desertas. Nas pequenas e nas grandes cidades, o sortilégio era também contagiante.

O autor destas linhas viveu e participou por várias vezes nessa aventura da passagem clandestina da fronteira: o «salto». Foi como clandestino que chegámos a Paris no princípio do ano já distante de 67. Recordamos que, uma das primeiras surpresas foi a sensação nova de sentir «a liberdade que estava a passar por ali»... Na primeira noite passada ao relento no centro de Paris, assistimos estupefactos a uma operação de colagem de cartazes dos vários partidos políticos que iam concorrer às eleições gerais francesas.

Na noite seguinte, procurámos acomodarmo-nos numa passagem subterrânea para fugirmos ao frio. Num dado momento, a noite subterrânea agitou-se, sentimos ruídos estranhos nos corredores, passaram por nós em louca correria dois indivíduos de raça amarela; fomos dar uma espreitada, tinham pichado as paredes dos corredores com slogans de apoio ao Ho Chin Min e ao povo do Vietname, e contra o imperialismo americano. Fomo-nos dali, aquele espaço, dera o que tinha a dar, naquela noite, ainda eramos clandestinos.

Decorria o ano de 1970, considerávamos ter preenchido todas as palpitantes aventuras da quimera migratória. A vidinha arrumada, o trabalho a horas, quando, um amigo (já falecido), operário, ex-presos político e antifascista, me aborda no sentido de eu levar até França um seu parente que era empregado do comércio em Lisboa, tinha vinte anos e queria fugir à tropa. Lá fomos, levados pela altruística missão de arrancar aquele menino aos perigos de uma guerra injusta. “No plaino abandonado/ que a morna brisa aquece/ de balas trespassado/ duas de lado a lado/ jaz morto e arrefece.” *

A missão foi coroada de êxito, ao desertor nunca mais pusemos a vista em cima. De mal agradecidos está o Inferno cheio! Nós tínhamos por essa época, uma visão utópica da vida, aonde não faltavam lances de destemor e audácia. Teríamos sido capazes de ir: “Mais alto e mais além”. Longe vão os tempos dessa generosidade desinteressada.

As Férias dos Emigrantes

Foram em termos sociológicos um elemento de grande impacto sobre a sociedade portuguesa desse tempo. Durante os meados da década de 60 e o princípio da década de 70, as «Vacances», mudavam radicalmente a paisagem e as normas de comportamento das gentes. A pequena burguesia, odiava-os e hostilizava-os por inveja. Os automóveis de matrícula francesa dos emigrantes, chegavam a Portugal com os seus ocupantes que traziam dinheiro. Traziam uma maneira diferente de encarar a vida; as famílias falavam - entre pais e filhos - uma mistura de francês e português. A agitação contagiante própria daqueles que pela emigração beneficiavam dos direitos de cidade, já consagrados nos países de acolhimento. Coube aos emigrantes trazer até às nossas ruas e praças, neste país semeado de tristeza, ainda bloqueado por um regime político de opressão e ditadura, a alegria e a dignidade conquistada com a força suprema do trabalho a máxima da revolução francesa: “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”. Os emigrantes oriundos do nosso concelho, ajudaram a mudar qualitativamente as várias formas de vida das suas terras. Alteraram e influenciaram os cânones da arquitectura local, reconstruindo casas, construindo outras, pintando-as de

cores berrantes. Transmitiram influências de ordem cultural, pela sua necessidade de rápida aprendizagem dos usos e costumes dos países que os receberam. Sustentaram equilíbrios económicos com a sua fonte inesgotável de divisas. E ainda, nos dias de hoje, a sua presença é preponderante durante as festas e romarias. Gastar o «larjan» com familiares e amigos nessas rodadas de sede e ludicidade. Promotores de casamentos festivos e ruidosos e de abençoados baptizados. Eles, trazem no Verão, o calor e o movimento de quem desembarca num mar de gente. Foi através da sua luta persistente que, os emigrantes foram os pioneiros do espírito europeu, consubstanciado na EU. E a sua epopeia um elo social complementar. É a roda da saudade que os motiva e arrasta, é o seu fado. Mas, nem tudo foram rosas senhor!...

A Vida Entre Parênteses **

“Vejo os que partem, esperando a camioneta para Portugal. Ao lado do castelo de Versailles, em frente ao majestoso lago do jardim de Suisses, dão a este sumptuoso cenário uma imagem insólita de êxodo. Famílias, homens sozinhos, crianças sentadas nas bagagens, vão viajar durante 35 horas para chegar à sua terra... numa época em que bastam três horas para nos pormos em Moscovo e seis para aterrar em Nova Iorque.

Antes de partirem, Emílio e a mulher tinham-nos convidado a visitá-los. Habitam num pequeno apartamento na cintura ocidental de Paris. Um apartamento de que, legitimamente se orgulham. Encerado, resplandecente, *bibelots* portugueses nos móveis, tudo representa um tesouro, mesmo

um tapete, protegido pelo plástico, que constitui o cúmulo do luxo. Sentimos que cada coisa, cada objecto tem, mais do que o valor intrínseco, o valor do preço incalculável do exílio.

Emílio é pedreiro. Há cinco anos que deixou a aldeia natal, situada no centro do país. Dois anos depois, juntaram-se-lhe a

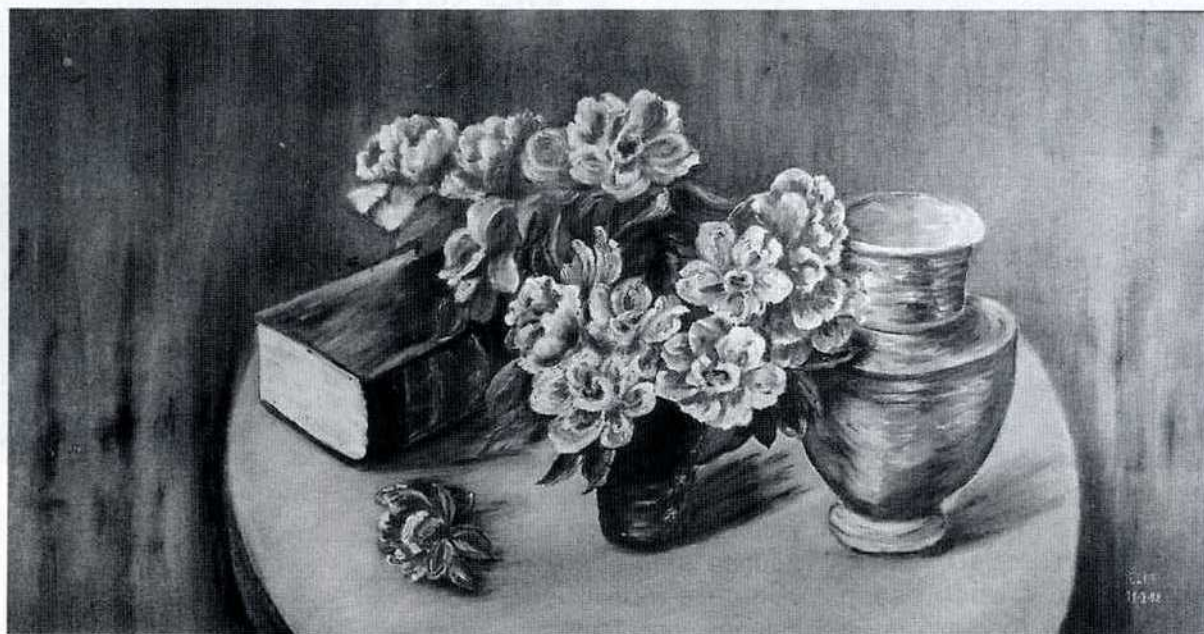
mulher e os dois filhos. O grande estímulo para a partida fora o desejo de curar convenientemente um filho. Os magros recursos, o preço da medicina e a ausência de leis sociais impediam-no em Portugal.

E além disso, Emílio quer reconstruir a sua casa.

Este ano vão todos os quatro. De camioneta: 300 francos ida e volta por pessoa, 35 horas de viagem. Emílio vai passar as férias a praticar no seu ofício de pedreiro. Em França trabalha nove horas e meia por dia. No país irá trabalhar de sol a sol. Mas será a construir «a sua casa»."

* do poema " O Menino De Sua Mãe " F. Pessoa

** Cadernos PE 13 edição da Prelo - 1972



Este é um trabalho de grande importância para a arte brasileira, pois trata-se de uma obra que representa o momento de partida dos imigrantes para o exterior. O artista utiliza uma paleta rica em tons de verde, amarelo e vermelho, criando uma atmosfera de esperança e melancolia. A composição é equilibrada, com o grupo de pessoas ocupando o centro da cena, e o fundo preenchido por elementos que sugerem o destino desconhecido.

Em sua obra, o artista busca capturar a essência da experiência migratória, mostrando a diversidade cultural dos brasileiros que se aventuram em terras estrangeiras. A obra é uma homenagem à coragem e à busca por um futuro melhor, temas que continuam a ressoar na sociedade brasileira atual.

A obra é uma verdadeira obra-prima, que merece ser preservada e exibida em museus e galerias de arte. Ela é um testemunho da capacidade do artista de transformar uma simples cena cotidiana em uma poderosa declaração artística.

As Flores dos Emigrantes



Esta obra é uma homenagem à diversidade cultural dos brasileiros que se aventuram em terras estrangeiras. O artista utiliza uma paleta rica em tons de verde, amarelo e vermelho, criando uma atmosfera de esperança e melancolia. A composição é equilibrada, com o grupo de pessoas ocupando o centro da cena, e o fundo preenchido por elementos que sugerem o destino desconhecido.

A VIDA POR UM SONHO

Naquele final de tarde, o silêncio apenas era quebrado por um único ruído. A estreita vereda era percorrida a passos largos pelo jovem que descia o monte, regressando de mais um dia passado no amanho da terra, do ganha pão. Lá longe uns últimos raios de sol delineados por um gigante granítico que se impunha no horizonte, pintavam de vermelho fogo o tecto do mundo. No fundo da cova, escondido por entre as serras um pequeno casario.

Hoje o dia acabara mais cedo por ser uma data importante. À dois mil anos atrás, nasceu um menino que obrigava quase todos a comerem bacalhau com batatas na véspera do seu aniversário. Por ordem da vida ou desse menino, nem todos podiam saborear essa ementa, fruto de uma má devisão do «Bolo».

A este jovem que agora regressava à sua pequena casa, a fatia que lhe coube era deveras pequena. Infortúnios de um destino que nem sequer dava liberdade para sonhar. Aprisionado num profundo buraco, rodeado por aqueles enormes montes de pedra, o pensamento e a esperança deste jovem pouco podiam voar. Ao contrário de muitos outros que tinham à muito partido. Transpondo aquela barreira natural, saltando fronteiras aventurando-se noutras paragens, segundo alguns, muito mais desenvolvidas. Ao

contrário dos seus irmãos e dos amigos, ele adiara o mais possível a sua partida, pois a vida a dois ainda só agora começara. Mas o dinheiro era cada vez mais preciso nesse lugar onde aparecia cada vez menos.

Depois da ceia, as poucas brasas da lareira consumiam-se lentamente, como o interior daquela alma que não deixava de pensar. Imaginar como seria aquele lugar idílico que alguns amigos lhe descreveram. E foi nessa mesma noite que se decidiu partir. Deitou-se e depressa adormeceu sonhando com tudo aquilo a que tinha direito, sonhando com um sonho.

Passado pouco tempo, deixava as oliveiras, as cabras, a vinha, a terra e a casa. Deixava o carinho, o calor dos parentes e o amor da mulher. Por entre os abraços e recomendações, limpavam-se algumas lágrimas deixadas cair sem querer. A partida foi sem dúvida o pior de muitos maus momentos que lhe apareceriam daqui por diante. Depois do primeiro passo dado a caminho de novas paragens, a saudade era já enorme mas a convicção e o sonho levaram-no a não desistir.

Pouco depois achava-se num lugar indescritível, num lugar onde passaria uma boa parte da sua vida. Laborava de sol a sol, amealhando o mais possível, derrubando obstá-

culos com o correr do tempo. Ali aprendeu a lutar com a maior das forças, aprendeu a superar aquela dor que não se vê mas que fere mais que qualquer outra, aprendeu o significado da esperança. Palavra que tomava corpo no seu pensamento, naquele pensamento que outrora o fez abandonar o lugar para onde espera agora regressar. É tarde, e já muito tarde para voltar atrás e não cumprir uma promessa feita a si próprio. O suor e as forças foram gastos em terras longínquas, mas um dia haveria de regressar à sua com o fruto do seu trabalho, com a certeza de ser alguém. Um homem, um sonho, a esperança.

As rugas desenhavam um rosto envelhecido e queimado

pelo sol de muitos dias de ofício, o corpo agastado denunciava muitos anos passados longe numa luta desigual, entre o estar longe dos seus e o sustento destes. Mas enfim regressara, voltara àquele lugar mágico onde tinha passado os melhores momentos da sua triste vida. Tal como ele, também aquele sítio estava diferente, no aspecto e no afecto. O pouco tempo que ali passava de ano em ano mal chegava para apagar do seu espírito, a saudade dos seus entes mais queridos. A verdadeira noção de mudança dos lugares e das pessoas, veio depois, passado algum tempo de regressar a uma terra que agora já não era sua. Já nada ali havia do que deixara ao partir, tudo estava diferente, desde as pessoas

aos lugares, tudo tinha mudado. Passado tanto tempo longe de tudo e de todos, sentia-se um estranho no seu próprio lugar.

Naquele pensamento que sempre carregava consigo, uma só conclusão; para quê! Tanto esforço, tantos sonhos, tanta tristeza e distância durante essa vivência, que mal teve tempo para saber o que isso é. Agora já nada pode voltar para atrás, nada se pode corrigir, e por entre os dias passados na tentativa de recuperar o mais possível o que perdeu, um só pensamento; para quê! Partir, para longe, deixar para trás uma vida inteira em troca demais algumas economias, enfim, ter trocado a vida por um sonho.



História de um “casamento” anunciado

Os primeiros covilhanenses chegaram a Roubaix ainda no século XIX. Mais de 100 anos depois a geminação entre as duas cidades cimentou as boas relações entre os seus habitantes

Quando se pensa e se diz que “a emigração dos covilhanenses terminou, o passado é passado”, está-se a cair num tremendo erro.

Na cerimónia de geminação entre Roubaix e a Covilhã, organizada na Câmara da cidade francesa, esteve uma assistência numerosa e recolhida. Eram covilhanenses, que ouviram o presidente da autarquia portuguesa, Carlos Pinto, apresentar com brilhantismo, e em francês, os motivos do acto.

Os intercâmbios entre os dois pólos têxteis são antigos. Nos anos 1900, Roubaix representava 40 por cento do total da produção francesa de lanifícios. Posição equivalente à da Covilhã em Portugal. Embora a história têxtil roubaisiana tenha sido mais curta do que a covilhanense, o nível de desenvolvimento técnico era muito mais alto e baseado no ensino superior da engenharia têxtil. A Escola Campos Melo, em 1966, não tinha cursos de aperfeiçoamento. Daí que as escolas roubaisianas tenham feito parte, com Leeds na Inglaterra, ou Verviers na Bélgica, dos sítios para onde os filhos das famílias de industriais da Covilhã eram mandados afim de aperfeiçoar os seus conhecimentos.

Este tipo de intercâmbios permaneceu até ao início da crise final do ramo nos anos setenta. Um residente na Covilhã, cuja família é ligada ao

patronato da indústria emblemática da cidade e que frequentou os cursos superiores de Roubaix, testemunha: “Não havia em Portugal cursos superiores têxteis. Acabei, assim, por escolher Roubaix para completar os meus estudos superiores. Na altura, tínhamos a Campos Mello, mas não havia ensino superior. Devia-se ir para Inglaterra, Bradford e Leeds, ou para França. Nesse caso escolhia-se Roubaix. Aí, ao longo dos anos, houve sempre portugueses a estudar. Há pessoas que estiveram em Roubaix quase no princípio do século. Eu estive entre 1960 e 1964.

Covilhanenses desde a Primeira Guerra

A Primeira Guerra Mundial marcou o início da presença maciça de portugueses em França. A partir de 1916, Portugal envia cerca de 84.400 militares e 13.800 trabalhadores para ajudar o esforço de guerra aliado contra a Alemanha. 6.500 permaneceram em França. Outros vieram após a guerra. Em 1921 havia 17.071 portugueses, em 1931 eram já 49 mil.

Nos registos da Câmara de Roubaix, relativos aos anos 20, encontram-se informações sobre covilhanenses nascidos nos últimos dez anos do século XIX. Muitos casaram com francesas ou belgas e formaram as primeiras gerações luso francesas. →

História de um



Três dias de...
de um...
de um...

Esta obra de...
representa...
o fim de...
um...
de um...

→ Uma portuguesa de Roubaix, filha de um operário vindo para as obras de reconstrução das zonas destruídas pelos combates conta: "O meu pai chegou para as obras de reconstrução em 1919. Em Portugal trabalhava numa fábrica de fição. Nasceu em 1897. Sabia ler e escrever e tinha comprado um guia de conversação português-francês. Tinha intenção de se radicar em França definitivamente mas foi expulso pelo governo em 1932 por causa da crise económica. Tinha alugado uma casa para preparar a vinda da minha mãe. Em vão. Embora não tenha desistido, a Guerra de Espanha e, depois, a Segunda Guerra Mundial impediram a realização do seu projecto. Fui, assim, criada na lembrança da sua vida em França. Falava muito de Paris. Até que, em 1971, emigrei eu para viver com o meu marido que, desde 1963, estava em Roubaix".

Especialistas têxteis reconhecidos

Segundo dados de 1990, a área urbana de Lille - Roubaix - Tourcoing, é a zona de maior concentração de portugueses no Norte francês e a terceira maior do País. Só no concelho de Lille são mais de 15 mil e 700. Em Roubaix chegam praticamente aos cinco mil.

As origens dos emigrantes lusos do concelho de Lille são agrupadas em duas zonas bem delimitadas e dominadas pela actividade têxtil. Trata-se do Minho, concelho de Guimarães, com 20, 1 por cento das origens, e Cova da Beira. 10,3 por cento dos naturais de Portugal radicados no concelho de Lille vêm da Covilhã. Em 1982, por exemplo, havia 938 vimarenenses e 313 covilhanenses. Nesta altura

as escolhas dos lugares de residência e de trabalho dos serranos não eram as mesmas do que as dos minhotos. A explicação deste fenómeno é a diferença das redes de emigração. Os primeiros eram especializados nos lanifícios e juntaram-se aos conterrâneos chegados a França mais cedo. Os segundos fizeram a mesma coisa, mas mais ligados ao algodão e ao linho. Um natural da freguesia de Santa Maria fala do aspecto da especialização como factor de atracção: "Muitos da minha terra já tinham ido para Roubaix, daí que não tenha tido medo. Era uma cidade da minha profissão. Pude encontrar um trabalho no meu domínio. E os covilhanenses eram tão especializados que eram bem vindos. Eles tinham automatismos, nós tínhamos uma instrução manual, que nos permitia conhecer mais os pormenores. Ao chegarmos à porta de uma fábrica dizíamos que vínhamos da Covilhã e tínhamos trabalho".

O papel do NC

Os Covilhanenses de Roubaix e os outros nunca abandonaram os seus laços com a terra natal e os seus conterrâneos. É um facto bem conhecido. O primeiro pedido oficial de geminação entre Roubaix e a Covilhã, por parte das associações portuguesas, data de 1979. Outras tentativas foram feitas em 1985 e 1994. Era um projecto a longo prazo, mas necessário pelo reconhecimento dos laços privilegiados graças ao passado industrial comum e, claro, por uma questão de dignidade dos emigrantes.

O estudo das colecções do *Notícias da Covilhã*, entre 1966 e 1994, demonstra que o jornal cumpriu um papel importante,

tentando ligar os conterrâneos separados pela emigração. Um exemplo é o facto de, na parede do escritório do director, José Geraldês, estar exposta uma pintura de António Barrocas, covilhanense emigrado na região de Paris. A obra representa um emigrado a ler o *Notícias da Covilhã*.

Entre 1974 e 1990, o jornal foi enviado às associações portuguesas em França gratuitamente. Os artigos sobre os emigrados de França aparecem em 1966. Em 1972 foi criada uma nova rubrica, "Correio do emigrante". Na mesma altura, os problemas de desertificação rural tornavam-se graves como em Capinha.

O padre José Geraldês era, então, director da Secretaria Diocesana das Migrações e chefe de redacção do NC. É, sem dúvida uma explicação do grande interesse do jornal pelos emigrantes, como, aliás, a associação a um estágio de padres franceses na Covilhã, em Agosto de 1974, atesta. O objectivo era a colaboração activa entre a Igreja portuguesa e a Igreja francesa ao serviço dos emigrantes. Progressivamente, o jornal publicou cada vez mais testemunhos de emigrantes. Um número de 1978, por exemplo, defende um pedido dos portugueses de Roubaix ao Presidente da República, Ramalho Eanes. Em 1980, um outro artigo salienta os laços privilegiados entre as duas regiões. Tratava-se de um torneio no Teixoso. O Futebol Clube de Pénchies e a associação de Tourcoing, duas cidades vizinhas de Roubaix, faziam parte dos convidados.

Hoje, os covilhanenses de Roubaix unem-se no desejo comum de conservar e desenvolver os laços com a sua terra. A geminação é um sinal forte.

**Professor Agregado de História na
Universidade
de Lille**





